

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL Pregão Eletrônico nº 350/2019/SUPEL/RO

cascalheira bate estaca <bate_estaca_pvh@hotmail.com>

Qui, 19/09/2019 00:42

Para: cplms2011@hotmail.com <cplms2011@hotmail.com>

 1 anexos (864 KB)

IMPUGNAÇÃO EDITAL 350-2019 - GOVERNO DE RONDONIA.pdf;

Ao

Governo do Estado de Rondônia

Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL/RO

Equipe de Licitação Beta

Pregão Eletrônico nº 350/2019/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0009.310045/2019-28

Objeto: **Registro de Preço para futuras e eventuais Aquisições de Cascalho Laterítico, visando o atendimento às demandas dos serviços de pavimentação asfáltica do município de Porto Velho – RO.**

E-MAIL: cplms2011@hotmail.com

Referência: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL Pregão Eletrônico nº 350/2019/SUPEL/RO

MOTA & OLIVEIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP, empresa de Direito Privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 11.086.432/0001-83, estabelecida na Rodovia BR 364, saída para Rio Branco – AC, sn, KM 4,5 BATE ESTACA, bairro Eletronorte, Cep 76.808-695, Município de Porto Velho, estado de Rondônia, Licença Ambiental de Operação nº 361/DLA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, Licença de Operação nº 16/2015 – Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, por intermédio do seu representante legal, vem respeitosamente e tempestivamente com fundamento no artigo 41, § 2º da Lei 8.666/1993 e cláusula terceira do instrumento convocatório interpor Impugnação ao Edital de Licitação em Epigrafe, pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

Considerações Iniciais:

O respeitável julgamento da impugnação administrativa aqui apresentada recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a IMPUGNANTE confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão evitando assim a busca pelo Poder Judiciário para a devida apreciação deste Processo Administrativo.

Do Direito Pleno a Impugnação:

A IMPUGNANTE faz constar o seu pleno direito a IMPUGNAÇÃO ao Edital de Licitação por contrariar o princípio da Igualdade.

Decreto nº 5.450/2005 Art. 18. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

Dos Fatos:

Foi publicado o Edital Pregão Eletrônico nº 350/2019/SUPEL/RO, **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0009.310045/2019-28**, Objeto: **Registro de Preço para futuras e eventuais Aquisições de Cascalho Laterítico, visando o atendimento às demandas dos serviços de pavimentação asfáltica do município de Porto Velho – RO.**

Em análise aos termos do instrumento convocatório, verificamos que a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA necessita de ajustes que estabelecem critérios técnicos para que **empresas DEVIDAMENTE REGULARES perante os órgãos ambientais**, possam fornecer o objeto pleiteado pela Administração.

O edital trata de forma simples a questão da habilitação técnica, mas é necessário estabelecer requisitos técnicos em consonância com a legislação ambiental.

Cláusulas do edital:**13.8. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

13.8.1. Atestados de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da empresa LICITANTE em fornecimento pertinente e compatível EM CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E PRAZOS com o objeto desta licitação, conforme art. 30, II da lei 8.666/93;

13.8.1.1. Aplicar percentual de até 5% (cinco por cento) nos quantitativos exigidos para apresentação dos atestados de capacidade técnica, onde se entende por serviços de características semelhantes aquele em sua individualidade ou soma do item a ser adjudicado no presente certame;

13.8.1.2. O atestado emitido por pessoas jurídicas de direito privado deverá conter o nome completo do signatário, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), estando às informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade

na fase da licitação;

13.8.1.3. Em atenção ao artigo 3º da Orientação Técnica n.º 001/2017/GAB/SUPEL/RO, a exigência estabelecida no subitem 13.8 tem como finalidade a constituição de garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações previstas no instrumento convocatório. Portanto a imprescindibilidade da referida exigência em relação ao objeto licitado tem como finalidade a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, o qual se mostra razoável no atendimento ao preceito constitucional da isonomia garantido, desta forma, a obtenção da proposta mais vantajosa.

É importante salientar que a extração de **CASCALHO sem AUTORIZAÇÃO/LICENÇA do Departamento** Nacional de Produção Mineral (DNPM) e da entidade ambiental competente, constitui **CRIME** previsto no art. 55, da Lei nº 9.605/98 e art. 2º, da Lei n.º 8.176/91.

Desta forma, entendemos que o objeto é para suprir necessidade da administração pública, mas por intermédio de uma empresa **PRIVADA**.

A análise das condições de habilitação devem refletir a **REGULARIDADE OPERACIONAL** DA EMPRESA, **indispensável, pois comprova que o licitante tanto possui idoneidade quanto capacidade para realizar todas as obrigações impostas pela Administração e, conseqüentemente, para cumprir integralmente o contrato.**

A fase de habilitação visa aferir se a pessoa interessada em contratar com a Administração preenche os requisitos e as qualificações para a adequada execução do objeto licitado, tendo por fim garantir o adimplemento das obrigações firmadas no contrato administrativo.

*"É dever da Administração, ao realizar procedimentos licitatórios, **exigir documentos de habilitação compatíveis com o ramo do objeto licitado, especialmente aqueles que comprovem a qualificação técnica e a capacidade econômico-financeira para participar de licitação na Administração Pública.***

Observamos que o EDITAL, cita nos termos da minuta contratual a exigência de Registro junto a DNPM:

16.1.15. A Empresa deverá apresentar **Alvará de Extração dos Minerais, expedido pelo Departamento Nacional de Pesquisa Mineral – DNPM, bem como licenças ambientais cabíveis expedidas pelo órgão competente do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente.**

É importante observar que o prazo médio para obtenção da **LICENÇA** junto ao Departamento Nacional de Pesquisa Mineral – DNPM é de 02 (dois) anos, ou seja, é totalmente inviável a administração habilitar uma empresa na fase de licitação e aguardar que a empresa inicie processo de obtenção da licença junto ao DNPM.

Do Pedido

Aduzidas as razões que balizaram a presente Impugnação, esta Impugnante, requer com supedâneo na Lei nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como as demais legislações vigentes, o recebimento, análise e admissão desta peça, para que o ato convocatório **CORRIGIDO/INCLUSO** as devidas **AUTORIZAÇÕES/LICENÇAS** conforme regulamentação federal:

- Apresentação de **AUTORIZAÇÃO/LICENÇA DA DNPM;**
- Apresentação de **AUTORIZAÇÃO/LICENÇA ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE.**

Caso não entenda pela adequação do edital, pugna-se para encaminhamento a **Procuradoria da Superintendência de Licitações**, para emissão de **PARECER** que visa Aferir a adequabilidade do edital aos preceitos da Constituição Federal, Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como demais instrumentos normativos e princípios aplicáveis ao caso em apreciação.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Porto Velho – Rondônia, 18 de setembro de 2019.



CNPJ 11.086.432/0001-83

Ao

Governo do Estado de Rondônia

Superintendência Estadual de Licitações – SUPEL/RO

Equipe de Licitação Beta

Pregão Eletrônico nº 350/2019/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0009.310045/2019-28

Objeto: Registro de Preço para futuras e eventuais Aquisições de Cascalho Laterítico, visando o atendimento às demandas dos serviços de pavimentação asfáltica do município de Porto Velho – RO.

E-MAIL: cplms2011@hotmail.com

Referência: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL Pregão Eletrônico nº 350/2019/SUPEL/RO

MOTA & OLIVEIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP,

empresa de Direito Privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 11.086.432/0001-83, estabelecida na Rodovia BR 364, saída para Rio Branco – AC, sn, KM 4,5 BATE ESTACA, bairro Eletronorte, Cep 76.808-695, Município de Porto Velho, estado de Rondônia, Licença Ambiental de Operação nº 361/DLA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMA, Licença de Operação nº 16/2015 – Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, por intermédio do seu representante legal, vem respeitosamente e tempestivamente com fundamento no artigo 41, § 2º da Lei 8.666/1993 e cláusula terceira do instrumento convocatório interpor Impugnação ao Edital de Licitação em Epigrafe, pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

E-MAIL: bate_estaca_pvh@hotmail.com - (69) 98401-2093

Endereço: Avenida Calama, 1542 – Olaria - Porto Velho/RO, 76801-276



CNPJ 11.066.432/0001-63

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

Considerações Iniciais:

O respeitável julgamento da impugnação administrativa aqui apresentada recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a IMPUGNANTE confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão evitando assim a busca pelo Poder Judiciário para a devida apreciação deste Processo Administrativo.

Do Direito Pleno a Impugnação:

A IMPUGNANTE faz constar o seu pleno direito a IMPUGNAÇÃO ao Edital de Licitação por contrariar o princípio da Igualdade.

Decreto nº 5.450/2005 Art. 18. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

Dos Fatos:

Foi publicado o Edital Pregão Eletrônico nº 350/2019/SUPEL/RO, **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0009.310045/2019-28**, Objeto: **Registro de Preço para futuras e eventuais Aquisições de Cascalho Laterítico, visando o atendimento às demandas dos serviços de pavimentação asfáltica do município de Porto Velho – RO.**

E-MAIL: bate_estaca_pvh@hotmail.com - (69) 98401-2093

Endereço: Avenida Calama, 1542 – Olaria - Porto Velho/RO, 76801-276



CNPJ 11.066.432/0001-63

Em análise aos termos do instrumento convocatório, verificamos que a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA necessita de ajustes que estabelecem critérios técnicos para que **empresas DEVIDAMENTE REGULARES perante os órgãos ambientais**, possam fornecer o objeto pleiteado pela Administração.

O edital trata de forma simples a questão da habilitação técnica, mas é necessário estabelecer requisitos técnicos em consonância com a legislação ambiental.

Cláusulas do edital:

13.8. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.8.1. Atestados de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da empresa LICITANTE em fornecimento pertinente e compatível EM CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E PRAZOS com o objeto desta licitação, conforme art. 30, II da lei 8.666/93;

13.8.1.1. Aplicar percentual de até 5% (cinco por cento) nos quantitativos exigidos para apresentação dos atestados de capacidade técnica, onde se entende por serviços de características semelhantes aquele em sua individualidade ou soma do item a ser adjudicado no presente certame;

13.8.1.2. O atestado emitido por pessoas jurídicas de direito privado deverá conter o nome completo do signatário, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), estando às informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade na fase da licitação;

E-MAIL: bate_estaca_pvh@hotmail.com - (69) 98401-2093

Endereço: Avenida Calama, 1542 – Olaria - Porto Velho/RO, 76801-276



CNPJ 11.066.432/0001-63

13.8.1.3. Em atenção ao artigo 3º da Orientação Técnica n.º 001/2017/GAB/SUPEL/RO, a exigência estabelecida no subitem 13.8 tem como finalidade a constituição de garantia mínima suficiente de que o futuro contratado detém capacidade de cumprir com as obrigações previstas no instrumento convocatório. Portanto a imprescindibilidade da referida exigência em relação ao objeto licitado tem como finalidade a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, o qual se mostra razoável no atendimento ao preceito constitucional da isonomia garantido, desta forma, a obtenção da proposta mais vantajosa.

É importante salientar que a extração de **CASCALHO sem AUTORIZAÇÃO/LICENÇA do Departamento** Nacional de Produção Mineral (DNPM) e da entidade ambiental competente, constitui **CRIME** previsto no art. 55, da Lei nº 9.605/98 e art. 2º, da Lei n.º 8.176/91.

Desta forma, entendemos que o objeto é para suprir necessidade da administração pública, mas por intermédio de uma empresa **PRIVADA.**

A análise das condições de habilitação devem refletir a **REGULARIDADE OPERACIONAL** DA EMPRESA, **indispensável, pois comprova que o licitante tanto possui idoneidade quanto capacidade para realizar todas as obrigações impostas pela Administração e, consequentemente, para cumprir integralmente o contrato.**

A fase de habilitação visa aferir se a pessoa interessada em contratar com a Administração preenche os requisitos e as qualificações para a

E-MAIL: bate_estaca_pvh@hotmail.com - (69) 98401-2093

Endereço: Avenida Calama, 1542 – Olaria - Porto Velho/RO, 76801-276



CNPJ 11.066.432/0001-63

adequada execução do objeto licitado, tendo por fim garantir o adimplemento das obrigações firmadas no contrato administrativo.

*"É dever da Administração, ao realizar procedimentos licitatórios, **exigir documentos de habilitação compatíveis com o ramo do objeto licitado, especialmente aqueles que comprovem a qualificação técnica e a capacidade econômico-financeira para participar de licitação na Administração Pública.***

Observamos que o EDITAL, cita nos termos da minuta contratual a exigência de Registro junto a DNPM:

16.1.15. A Empresa deverá apresentar **Alvará de Extração dos Minerais, expedido pelo Departamento Nacional de Pesquisa Mineral – DNPM, bem como licenças ambientais cabíveis expedidas pelo órgão competente do SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente.**

É importante observar que o prazo médio para obtenção da **LICENÇA** junto ao Departamento Nacional de Pesquisa Mineral – DNPM é de 02 (dois) anos, ou seja, é totalmente inviável a administração habilitar uma empresa na fase de licitação e aguardar que a empresa inicie processo de obtenção da licença junto ao DNPM.



CNPJ 11.066.432/0001-63

Do Pedido

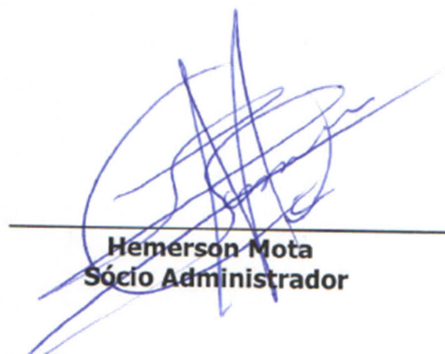
Aduzidas as razões que balizaram a presente Impugnação, esta Impugnante, requer com supedâneo na Lei nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como as demais legislações vigentes, o recebimento, análise e admissão desta peça, para que o ato convocatório **CORRIGIDO/INCLUSO** as devidas **AUTORIZAÇÕES/LICENÇAS** conforme regulamentação federal:

- Apresentação de **AUTORIZAÇÃO/LICENÇA DA DNPM;**
- Apresentação de **AUTORIZAÇÃO/LICENÇA ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE.**

Caso não entenda pela adequação do edital, pugna-se para encaminhamento a **Procuradoria da Superintendência de Licitações**, para emissão de **PARECER** que visa Aferir a adequabilidade do edital aos preceitos da Constituição Federal, Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como demais instrumentos normativos e princípios aplicáveis ao caso em apreciação.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Porto Velho – Rondônia, 18 de setembro de 2019.



Hemerson Mota
Sócio Administrador